

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
03 de dezembro de 2019 - Nº 684 - www.sindipetrocaxias.org.br



Petroleiros

doam sangue pela Petrobrás

Com o mote Petrobrás na Veia, os trabalhadores das bases do Sindipetro Caxias aderiram no dia 25/11 junto dos demais sindicatos filiados à FUP ao dia nacional do doador de sangue.

A intenção foi chamar a atenção da população brasileira do prejuízo do desmonte do Sistema Petrobrás para o país e alertar sobre a necessidade da união de todos e todas nesta luta. Neste dia, a direção do Sindicato disponibilizou um ônibus que saiu do arco da REDUC com destino à Cinelândia, no centro do Rio, onde o Hemorio estava com uma unidade móvel.

Lá os petroleiros conversaram com a população que participava do evento, além de darem entrevistas



para veículos de comunicação como a Band e a TV Câmara.



A atividade também movimentou a internet e os grupos de whatsapp, como destacou o petroleiro Guilherme Hruby.



“Depois de publicar minhas fotos nos grupos, vários parentes e amigos me mandaram mensagens perguntando sobre a campanha e a ação dos petroleiros. Foi bom para introduzir a política nas conversas”.



Petrobrás afirma em mesa que vai descumprir a Lei

Na reunião de negociação com a FUP, nesta quinta-feira, 28, a gestão de RH da Petrobrás se negou a cumprir a Medida Provisória 905, que flexibiliza as condições para pagamento da PLR, ao estabelecer que as regras sejam definidas em até 90 dias antes da quitação.

O argumento da gestão da Petrobrás para não pagar no ano que vem a PLR 2019 era a exigência legal de que as regras fossem acordadas até dezembro de 2018, ou seja, no ano anterior ao do exercício da PLR. Com a MP 905, essa exigência não existe mais.

A mesma gerência que não titubeou em aplicar em março a Medida Provisória 873 para tentar asfixiar financeiramente os sindicatos, agora se nega cumprir a nova legislação para a PLR. A FUP questionou o jurídico da Petrobrás se a MP 905 tinha ou não poder de Lei e a resposta foi que sim. O RH, no entanto, afirmou na mesa

que não cumprirá.

No documento que enviou à FUP e aos sindicatos em 15 de março, logo após a edição da MP 873, comunicando a suspensão do desconto em folha das mensalidades sindicais, a mesma gerência se referiu à Medida como “nova legislação”.

É essa a gestão de RH da Petrobrás. Descumpra a Lei, quando é a favor dos trabalhadores, mas aplica a “nova

legislação” para atacar a categoria.

A direção do Sindipetro Caxias não concorda com o regramento apresentado pela Petrobrás, pois é muito inferior ao anterior negociado e visa somente o benefício de uma minoria alinhada cegamente com a empresa. Confira a proposta da PLR 2020 no link a seguir: www.sindipetrocaxias.org.br/documentos/minuta-plr-2020.pdf



PLR: FUP entra com pedido de mediação no TST

Tendo em vista a última reunião realizada entre os sindicatos e a Petrobrás, a Federação Única dos Petroleiros junto com os seus sindicatos filiados entraram na sexta-feira, 29, com pedido de mediação da Vice-presidência do Tribunal Superior do Trabalho

para resolver o impasse da PLR 2019.

Na reunião de negociação com a FUP, no dia 28, a gestão de RH da Petrobrás se negou a cumprir a Medida Provisória 905, que flexibiliza as condições para pagamento da Participação nos Lucros e Resultados

(PLR), ao estabelecer que as regras sejam definidas em até 90 dias antes da quitação.

A mesma gerência que não titubeou em aplicar em março a Medida Provisória 873 para tentar asfixiar financeiramente os sindicatos.

Tabela de Turno: Petrobrás rompe negociação

Até o momento a Petrobrás não apresentou nenhuma resposta sobre a proposta da Federação Única dos Petroleiros, encaminhada na reunião realizada no dia 21/11 para que fossem mantidas todas as tabelas de 8 horas para o regime de turno ininterrupto em terra. Além disto, a Petrobrás não apresentou as premissas e justificativas da tabela

apresentada no dia 14/11, e nem sobre os questionamentos da FUP em relação ao efetivo, as horas extras (dobra), permutas e férias (saldo negativo).

Em nova reunião realizada nesta quinta-feira (28), a direção da FUP apresentou um calendário com prazo até fevereiro de 2020 à empresa, visando a boa fé negocial, onde a FUP e os sindicatos filiados teriam tempo

para debaterem o assunto com a categoria.

Apesar da negociação que está em andamento, a empresa iniciou nesta terça-feira (2) um processo unilateral de votação para a categoria escolher a tabela de turno. A direção do Sindipetro Caxias adverte para que os petroleiros não participem, pois quem delibera a tabela é a assembleia dos trabalhadores junto de seu sindicato.

Participantes e assistidos do PP I aprovam proposta de equacionamento do GT Petros



Por maioria, os assistidos e participantes do PPSP-R e PPSP-NR (repactuados e não repactuados) aprovaram a proposta do GT Petros que irá substituir o atual equacionamento do Plano Petros 1.

A proposta, alterada após o novo presidente da PETROS propor modificações, que, na sua maioria, foram aceitas pelo GT, foi deliberada, em Assembleia Geral Extraordinária no dia 28, no Clube dos 500, em

Duque de Caxias.

Os presentes puderam esclarecer suas dúvidas com a presença dos assessores da FUP Luiz Felipe (contábil) e Marcelo (jurídico), chegando à conclusão que, no momento atual, a proposta do GT é a melhor opção, pois, entre outras coisas, “diminui o valor pago a título de equacionamento, mantém o modelo de benefício definido e de renda vitalícia dos planos e não interfere nas ações

judiciais, atuais e futuras”.

Os assistidos e participantes também, através de votação, autorizaram o Sindipetro Caxias a assinar o Termo de Compromisso com a Petros, no qual o sindicato se compromete a não ingressar com ações judiciais contra a proposta, preservando o direito dos associados, que, se quiserem, poderão ingressar com suas ações individuais.

No dia 6/12 as entidades sindicais assinam o Termo

de Compromisso e até o dia 31/12 a proposta do novo equacionamento será aprovada no Conselho Deliberativo da Petros.

Durante o mês de janeiro o novo regulamento, decorrente do novo equacionamento, vai ficar disponível durante 30 dias no portal da Petros, para que os assistidos e participantes possam analisá-lo detalhadamente.

Até o final de fevereiro, o regulamento alterado, passa pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) para aprovação final.

A partir de março, o novo PED entra em vigor, sendo que o equacionamento com as novas taxas passa a ser descontado a partir de 25/03.

Ações solidárias alertaram sobre prejuízos causados pelo desmonte da Petrobrás

Os petroleiros cumpriram seu objetivo de chamar a atenção da população para o desmonte da Petrobrás sem comprometer o abastecimento de combustíveis.

A Federação Única dos Petroleiros e o Sindipetro Caxias avaliaram como positiva a mobilização por tempo determinado que

a categoria iniciou no dia 25/11.

Além de garantir a produção de petróleo e o abastecimento de combustíveis para a população – compromisso assumido e cumprido pelos trabalhadores do setor de petróleo –, o movimento conseguiu chamar a atenção da sociedade para a

política de demissões e transferências em massa, de venda de ativos e de reajustes constantes da gasolina e do óleo diesel promovida pela atual gestão da empresa.

A mobilização nacional contou com 26 mil trabalhadores, direta e indiretamente, mais de um terço do atual corpo de funcionários da

Petrobrás.

As atividades envolveram ações solidárias, como a participação dos petroleiros no Dia Nacional de Doação de Sangue em diversas cidades do País, como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Paulo e Curitiba, com o mote #petrobrasnaveia.

Desempregados fazem fila na REDUC por cesta básica



Dando continuidade a agenda de ações solidárias, no dia 26 a direção do Sindipetro Caxias com o apoio do Siticommm (sindicato que representa os trabalhadores terceirizados da Refinaria) realizou a entrega de mil cestas básicas aos trabalhadores desempregados e moradores da região de Campos Elíseos.

Emsua fala, Simão Zanardi, presidente do Sindipetro

Caxias, alertou a população presente para o desmonte que está ocorrendo no Sistema Petrobrás e suas consequências para a população como o desemprego e a fome.

Alguns trabalhadores relataram ao sindicato que já estão desempregados há mais de três anos e agradeceram pela ajuda.

“Infelizmente hoje só podemos ajudar com essas poucas cestas básicas, mas

gostaríamos mesmo era que cada um de vocês estivessem empregados e podendo comprar os alimentos para suas famílias”, concluiu Simão já emocionado com o ato solidário.

A fila se estendeu durante toda a manhã. Foram distribuídas 970 cestas básicas para todos os presentes, sendo a sobra

de 30 cestas enviadas para o Siticommm.

Além disso, o Sindicato arrecadou dos petroleiros próprios aproximadamente 200 kg de alimentos que serão entregues aos companheiros do MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, que estão sempre presentes contribuindo com as lutas do sindicato.



Governo quer exterminar Sindicatos e FUP

Como escreveu em seu blog (<https://marceloauler.com.br/ives-gandra-e-a-pena-de-morte-a-sindicatos-e-a-fup/>), o jornalista Marcelo Auler descreveu qual a real intenção do ministro Yves Gandra Martins, do Tribunal Superior do Trabalho, ao determinar multa de R\$ 32 milhões às entidades.

“Não bastasse ter raspado todo o caixa dessas dez entidades, o

ministro ainda determinou o bloqueio das futuras receitas. Algo que é ilegal” “A legislação brasileira jamais admitiu a pena de morte. Só a aceita em casos de guerra.

Apesar disso, através de uma decisão monocrática, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra da Silva Martins Filho, provocado pela Petrobras, deu decisão que praticamente condena à morte nove sindicatos e a própria Federação Única dos

Petroleiros (FUP)”, escreve Auler.

A FUP considera como arbitrárias as decisões do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Primeiro, multando a categoria em R\$ 2 milhões por dia de mobilização; depois, suspendendo o repasse mensal de recursos à FUP e aos sindicatos filiados à federação e autorizando o bloqueio cautelar das contas das entidades, em resposta a uma liminar da Petrobrás. A última vez em que o TST

tomou decisão similar foi em 1995, quando uma greve dos petroleiros afetou o abastecimento de combustíveis do país.

Diante disto, os trabalhadores das bases do Sindipetro Caxias resolveram por encerrar as ações na manhã do dia 26/11, tendo em mente que se as decisões do TST prejudicaram o movimento, também ficou comprovada a força de mobilização dos petroleiros.